



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Documentação
Especialidade Arquivologia

Caderno de Prova, Cargo 03, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

<p>5. É correto afirmar que</p> <p>(A) a conjunção <i>quer</i>, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.</p> <p>(B) a forma verbal <i>têm</i> (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe <u>dê</u>m razão, ela sabe que está certa”.</p> <p>(C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em <i>sujeitos à superação</i> (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.</p> <p>(D) a transposição da frase <i>essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos</i> (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.</p> <p>(E) o emprego de <i>melhor</i>, em <i>Não há exemplo melhor</i> (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos <u>mais bem escolhidos</u>”.</p>	<p>Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.</p> <p>1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais</p> <p>5. foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva</p> <p>10. na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam</p> <p>15. passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não</p> <p>20. procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</p> <p>(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In Tempo e história, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)</p>
<p>6. Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.</p> <p>O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:</p> <p>(A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocados, o que ocorreu em todas as vezes.</p> <p>(B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.</p> <p>(C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.</p> <p>(D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.</p> <p>(E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.</p>	<p>7. No texto, o autor</p> <p>(A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.</p> <p>(B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.</p> <p>(C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.</p> <p>(D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.</p> <p>(E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.</p>

<p>8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.</p> <p>I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.</p> <p>II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>.</p> <p>III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>como disse o jesuíta</i>, como equivale a “mediante”.</p> <p>(B) Em <i>“móveis como os filhos de Israel no deserto”</i>, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.</p> <p>(C) O emprego da palavra <i>arraiais</i> contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.</p> <p>(D) No segmento <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>, a expressão <i>passou a ser</i> é a que exprime a idéia de progressão.</p> <p>(E) Os dois-pontos introduzem uma citação.</p>
<p>9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>nada fazerem de forma sistemática</i> – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.</p> <p>(B) <i>um grupo fluido e indistinto</i> – um conglomerado espontâneo e informal.</p> <p>(C) <i>difícil de controlar e até mesmo de enquadrar</i> – não passível de organizar e mesmo dominar.</p> <p>(D) <i>Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos</i> – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.</p> <p>(E) <i>forma peculiar de vida que escolhiam</i> – singular maneira que se concediam de estar no mundo.</p>	<p>13. <i>Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinqüenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.</i></p> <p>Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,</p> <p>(A) a expressão <i>sociedade civil</i> equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.</p> <p>(B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais <i>podia</i> e <i>vivem</i>.</p> <p>(C) a expressão <i>ou seja</i> introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que <i>domicílios volantes</i> constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.</p> <p>(D) o emprego da expressão <i>de praxe</i> evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.</p> <p>(E) a oração <i>deveriam passar a viver em povoações</i> expressa uma suposição.</p>
<p>10. <i>Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.</i></p> <p>Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:</p> <p>(A) cuja existência se conhece. (B) da qual a notícia foi dada. (C) que a notícia foi veiculada. (D) na qual se tem o registro. (E) de que a notícia chegou até nós.</p>	<p>14. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</i></p> <p>Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>uma vez</i> comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “<u>Uma vez que</u> ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.</p> <p>(B) O termo destacado em <i>os que assim não procedessem</i> refere-se à ação de optar por ser estabelecido.</p> <p>(C) A gramática prescreve que o vocábulo <i>adjacentes</i> seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.</p> <p>(D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os <i>vadios</i> recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.</p> <p>(E) Em <i>tratados como salteadores</i>, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.</p>
<p>11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>por sua forma de vida</i> constitui uma explicação.</p> <p>(B) No segmento <i>Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática</i>, a conjunção <i>ou</i> introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.</p> <p>(C) Em <i>que os tornava suspeitos</i>, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.</p> <p>(D) A preposição <i>ante</i> equivale a “versus”.</p> <p>(E) Como em <i>fluido</i>, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.</p>	

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

.....	A	B
1	do mês	acumulado
2	3	3
3	18	21
4	4	25
5	2	27
6	27	

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

Quadro 1	
I	II
adequado	inadequado

Quadro 2		
a	b	c
intranet	pesquisa por palavra chave	chat

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

<p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p>
<p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p>
<p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p>	<p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p> <p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>31. Entre outros princípios, a teoria arquivística fundamenta-se no da</p> <p>(A) unicidade, pelo qual os fundos devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição ou acréscimo indevidos e não-autorizados.</p> <p>(B) indivisibilidade, pelo qual os arquivos constituem uma formação progressiva, natural e orgânica.</p> <p>(C) acessibilidade, pelo qual os documentos devem ser organizados em obediência às competências da instituição acumuladora.</p> <p>(D) cumulatividade, pelo qual os arquivos conservam seu caráter único em função do contexto em que foram produzidos.</p> <p>(E) organicidade, pelo qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade de origem, em suas relações internas e externas.</p>	<p>34. Ao contrário das demais instituições de custódia de documentos, os arquivos</p> <p>(A) acumulam objetos tridimensionais representativos da cultura material de uma determinada sociedade.</p> <p>(B) recebem documentos das entidades que cumprem a obrigação do depósito legal.</p> <p>(C) redigem e instrumentalizam contratos ajustados entre as pessoas, conferindo-lhes fé pública.</p> <p>(D) reúnem documentos produzidos para fins administrativos, jurídicos e legais.</p> <p>(E) registram a propriedade legal resultante de alterações de direito de transmissão entre pessoas físicas e jurídicas.</p>
<p>32. Entende-se por princípio da proveniência</p> <p>(A) a recomendação de manter a individualidade dos arquivos quanto às instituições ou pessoas que lhes deram origem, sem misturá-los a outros.</p> <p>(B) a competência juridicamente atribuída a uma instituição para proceder à avaliação e à destinação de seus documentos.</p> <p>(C) o atributo pelo qual os arquivos públicos, em razão de sua inalienabilidade, podem ser reivindicados, a qualquer tempo, pelo Estado que os produziu.</p> <p>(D) a medida legal que impede a destruição, a deterioração ou a exportação de documentos que integram o patrimônio arquivístico nacional.</p> <p>(E) o conjunto das propriedades que possibilitam, sob determinadas condições a guarda dos documentos de arquivo por tempo indefinido.</p>	<p>35. Ao conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e à eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de documentos de arquivo costuma-se denominar</p> <p>(A) sistema de informações.</p> <p>(B) gestão de documentos.</p> <p>(C) base de dados.</p> <p>(D) ciência da informação.</p> <p>(E) gerenciamento de dados.</p>
<p>33. <i>Pode-se determinar mais facilmente os valores secundários de documentos oficiais se os analisarmos em relação a dois aspectos: a. a prova que contém da organização e funcionamento do órgão governamental que os produziu, e b. a informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc., com que o órgão governamental haja tratado.</i> (SCHELLENBERG, T.R. <i>Arquivos modernos: princípios e técnicas</i>. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1973. p. 153)</p> <p>O primeiro aspecto de que trata o clássico autor norte-americano diz respeito a uma importante qualidade dos documentos de arquivo, que é a</p> <p>(A) informalidade.</p> <p>(B) probabilidade.</p> <p>(C) autenticidade.</p> <p>(D) duplicidade.</p> <p>(E) veracidade.</p>	<p>36. Na implantação de um sistema estadual de arquivos, o diagnóstico da situação das unidades produtoras de documentos é o instrumento que</p> <p>(A) identifica as competências, funções e atividades do poder público estadual, correlacionando-as com os documentos que as viabilizam e comprovam.</p> <p>(B) combina elementos físicos e lógicos no processamento automático de dados das diferentes áreas do governo.</p> <p>(C) permite obter a mesma polaridade dos documentos originais produzidos pelos organismos da administração direta e indireta.</p> <p>(D) avalia o suporte lógico dos diferentes sistemas operacionais aplicados às atividades-fim e atividades-meio do governo estadual.</p> <p>(E) estabelece relação de equivalência entre diferentes sistemas de notação adotados nas secretarias de Estado.</p> <p>37. São rotinas dos serviços de protocolo:</p> <p>(A) recebimento de correspondência e elaboração de inventários topográficos da documentação.</p> <p>(B) autuação de processos e reprodução do material a ser descartado.</p> <p>(C) coordenação de equipes de avaliação e elaboração de tabelas de temporalidade.</p> <p>(D) ações de conservação preventiva e montagem de guia do acervo.</p> <p>(E) distribuição de correspondência e controle de tramitação dos documentos.</p>

<p>38. No método dígito-terminal,</p> <p>(A) as unidades de arquivamento são divididas em grande classes temáticas numeradas consecutivamente, podendo subdividir-se em classes subordinadas mediante o uso de números justapostos aos dos assuntos principais.</p> <p>(B) cada documento recebe um número de ordem crescente, de acordo com sua entrada no arquivo, reproduzido em tantas fichas quantos forem os descritores ou palavras-chave a ele relacionados.</p> <p>(C) os assuntos secundários ficam subordinados aos assuntos principais, distribuídos ambos conforme a seqüência das letras do alfabeto.</p> <p>(D) cada número de ordem atribuído aos documentos é decomposto em pequenos grupos de dois ou três dígitos que, lidos da direita para a esquerda, passam a constituir chaves para sua localização física.</p> <p>(E) as letras correspondem às classes principais dos documentos, reservando-se os números às suas subdivisões temáticas.</p>	<p>42. A análise dos documentos deve considerar, para efeitos de avaliação, que</p> <p>(A) os valores probatórios e informativos podem ser coincidentes.</p> <p>(B) os documentos de guarda permanente são desprovidos de valor primário.</p> <p>(C) os documentos de valor administrativo asseguram a aquisição, manutenção e extinção de direitos.</p> <p>(D) os valores probatórios e históricos são mutuamente excludentes.</p> <p>(E) todos os documentos de valor probatório têm valor legal.</p>
<p>39. Aos arquivos intermediários compete, entre outras atividades,</p> <p>(A) promover a descrição do acervo.</p> <p>(B) atender às consultas dos órgãos produtores.</p> <p>(C) desenvolver ações educativas junto às escolas da região.</p> <p>(D) estimular a pesquisa histórica.</p> <p>(E) processar tecnicamente os documentos de origem privada.</p>	<p>43. A elaboração de tabelas de temporalidade resulta</p> <p>(A) da eliminação de documentos repetitivos e supérfluos.</p> <p>(B) de pesquisa sobre a estrutura e o funcionamento da entidade acumuladora dos documentos.</p> <p>(C) do registro de documentos a serem digitalizados e/ou microfilmados.</p> <p>(D) do estabelecimento de remissivas entre documentos da fase corrente e da fase intermediária.</p> <p>(E) da passagem de documentos da fase intermediária para a permanente.</p>
<p>40. À passagem dos documentos para o arquivo permanente é atribuído o nome técnico de</p> <p>(A) transferência.</p> <p>(B) seleção.</p> <p>(C) recolhimento.</p> <p>(D) registro de entrada.</p> <p>(E) autenticação.</p>	<p>44. Em uma tabela de temporalidade é importante indicar prazos de</p> <p>(A) retenção, isto é, seqüência de diligências e ações prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa, até seu julgamento ou solução.</p> <p>(B) segurança, isto é, esquema preestabelecido para armazenamento, ordenação e classificação de documentos de valor primário.</p> <p>(C) vigência, isto é, qualidade pela qual permanecem efetivos e válidos os encargos e disposições contidos nos documentos.</p> <p>(D) jurisdição, isto é, competência legalmente atribuída a determinados documentos relacionados com o patrimônio público.</p> <p>(E) prescrição, isto é, condição pela qual se renovam os dispositivos que asseguram aquisição ou perda de direitos contidos em documentos.</p>
<p>41. No processo de avaliação,</p> <p>(A) os valores secundários dos documentos têm precedência sobre os primários.</p> <p>(B) a correspondência expedida, por ser formada de cópias, pode ser completamente eliminada.</p> <p>(C) só têm valor histórico os documentos correspondentes às atividades-fim da instituição.</p> <p>(D) é preciso assegurar a representatividade da instituição ao longo do tempo.</p> <p>(E) os documentos de mais de cinquenta anos, que pela lei brasileira já não surtem efeito legal, devem ser descartados.</p>	<p>45. Papel, manuscrito, cópia e livro são, respectivamente, modalidades de</p> <p>(A) gênero, formato, técnica de registro e espécie.</p> <p>(B) unidade de arquivamento, sinal de validação, formato e instrumento de acesso.</p> <p>(C) suporte, formato, tipo e gênero.</p> <p>(D) unidade de armazenamento, forma, descritor e técnica de registro.</p> <p>(E) suporte, técnica de registro, forma e formato.</p>

<p>46. O contrato de aluguel, como documento, é exemplo de</p> <p>(A) gênero.</p> <p>(B) tipo.</p> <p>(C) formato.</p> <p>(D) espécie.</p> <p>(E) forma.</p>	<p>50. Entende-se por notação</p> <p>(A) o conjunto dos documentos notariais.</p> <p>(B) a forma que antecede a elaboração de manuscritos.</p> <p>(C) o material sobre o qual as informações são registradas.</p> <p>(D) a primeira etapa no processo de arranjo documental.</p> <p>(E) o código de localização dos documentos no acervo.</p>
<p>47. Segundo a disposição e a natureza das informações que ostentam, as espécies documentais diplomáticas obedecem a fórmulas convencionadas, servindo de base jurídica ou consensualmente válida para que o documento, correto em sua estrutura semântica, se apresente como legítimo, fidedigno ou credível (BELLOTTO, Heloísa Liberralli. <i>Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo</i>. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 27). Assim é que</p> <p>(A) compromisso é o registro contabilizado da fruição de um determinado benefício, e constituição, o conjunto de direitos e obrigações de uma entidade.</p> <p>(B) prospecto é a autorização emitida por autoridade competente para a realização de um evento, e questionário, a série de perguntas formuladas por escrito para serem respondidas também por escrito.</p> <p>(C) receita é a prescrição de medicamentos a serem ministrados, e citação, o trabalho científico apresentado em congressos e seminários.</p> <p>(D) atestado é a declaração sobre pessoa ou situação, feita por autoridade, e certidão, a transcrição de informações registradas em documento de assentamento ou processo, feita por funcionário de fé pública.</p> <p>(E) postura é a exposição sumária de itens a serem cumpridos dentro de determinado prazo, e portaria, ato pelo qual se determinam providências de caráter administrativo.</p>	<p>51. O método funcional de arranjo pressupõe o conhecimento da entidade produtora, baseando-se especialmente em</p> <p>(A) sua estrutura organizacional.</p> <p>(B) seu organograma.</p> <p>(C) seu ciclo vital.</p> <p>(D) sua jurisdição.</p> <p>(E) suas atividades.</p>
<p>48. Constituem exemplos de suporte:</p> <p>(A) fita magnética e disco óptico.</p> <p>(B) pergaminho e manuscrito.</p> <p>(C) filme e caixa-arquivo.</p> <p>(D) papiro e guia-fora.</p> <p>(E) livro e papel.</p>	<p>52. A série pode ser definida como</p> <p>(A) conjunto de documentos reunidos em torno de um evento.</p> <p>(B) configuração formal assumida pelos documentos de acordo com seu suporte.</p> <p>(C) seqüência de unidades de um mesmo tipo documental.</p> <p>(D) processo acumulado no decurso de uma ação administrativa ou judiciária.</p> <p>(E) contexto (estrutural ou funcional) em que se produzem os documentos.</p>
<p>49. O esquema segundo o qual se organizam os arquivos permanentes é conhecido como</p> <p>(A) notação binária.</p> <p>(B) reintegração.</p> <p>(C) quadro de arranjo.</p> <p>(D) termo de encerramento.</p> <p>(E) sucessão arquivística.</p>	<p>53. Uma das pretensões da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade é</p> <p>(A) dotar o Brasil de normas compatíveis com as internacionais em vigor.</p> <p>(B) incentivar a redundância, como estratégia de formação para os profissionais da área.</p> <p>(C) demarcar, como meio preferencial de análise, a trajetória que vai do particular para o geral.</p> <p>(D) evitar formas discursivas para proceder à contextualização dos documentos.</p> <p>(E) abarcar, em um único nível, todas as características do documento.</p> <p>54. O programa descritivo de uma instituição arquivística deve priorizar</p> <p>(A) edição de textos e catálogos seletivos.</p> <p>(B) guias e inventários.</p> <p>(C) índices e catálogos.</p> <p>(D) catálogos seletivos e guias.</p> <p>(E) catálogos e inventários.</p>

<p>55. Um guia de arquivo</p> <p>(A) apresenta <i>thesaurus</i> que reflete as relações hierárquicas dos documentos do acervo.</p> <p>(B) toma como unidade de descrição os itens documentais.</p> <p>(C) indexa nomes de instituições, pessoas e lugares referidos nos documentos.</p> <p>(D) contém informações sumárias sobre os serviços prestados pela instituição.</p> <p>(E) reproduz, em sua estrutura, o arranjo físico dos documentos.</p>	<p>58. A Lei de Arquivos (Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991) estabelece que</p> <p>(A) o acesso a documentos sigilosos referentes à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 20 (vinte) anos.</p> <p>(B) competem aos arquivos públicos estaduais a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos pelas prefeituras, câmaras e cartórios dos municípios situados dentro do território de cada unidade da Federação.</p> <p>(C) a incorporação de documentos de origem privada aos arquivos públicos depende de parecer do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.</p> <p>(D) o descarte de documentos produzidos por instituições públicas só será realizado mediante autorização do Ministério Público da União.</p> <p>(E) todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral.</p>
<p>56. <i>Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica e social, bem como do testemunho jurídico e histórico.</i> (BELLOTTO, Heloísa Liberalli. <i>Arquivos permanentes: tratamento documental</i>. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 35).</p> <p>Em sua especificidade, os arquivos públicos</p> <p>(A) reúnem documentos que comprovam as atividades desenvolvidas por diferentes organismos estatais ao longo do tempo.</p> <p>(B) dividem com os museus militares a obrigação de recolher e manter em sigilo todos os artefatos produzidos pela indústria bélica nacional.</p> <p>(C) realizam a coleta seletiva de documentos e informações que corroboram as hipóteses formuladas pelos projetos de pesquisa das universidades que lhes ficam próximas.</p> <p>(D) praticam o tombamento dos bens edificados de caráter histórico, considerando-os patrimônio nacional.</p> <p>(E) ficam encarregados do depósito legal de todas as obras monográficas, de origem pública ou privada, impressas no país.</p>	<p>59. A Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do <i>caput</i> do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências,</p> <p>(A) diminui os prazos de acesso a documentos sigilosos, anteriormente fixados pela Lei de Arquivos.</p> <p>(B) representa um avanço no processo que alia a abertura dos arquivos à transparência do Estado.</p> <p>(C) reafirma a necessidade de colocar à disposição dos historiadores, por meio dos arquivos, aspectos de nosso passado político recente.</p> <p>(D) admite a possibilidade de certos documentos ficarem sob sigilo eterno, com prazos de restrição de acesso continuamente renovados.</p> <p>(E) fixa o período máximo de 30 anos de confidencialidade para documentos que afetem a honra e a intimidade das pessoas.</p>
<p>57. O Conselho Nacional de Arquivos – Conarq:</p> <p>(A) vincula-se ao Congresso Nacional, com a finalidade de elaborar leis de proteção ao patrimônio arquivístico brasileiro.</p> <p>(B) deve funcionar como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos.</p> <p>(C) tem por objetivo, entre outros, o de fiscalizar o exercício profissional, promovendo a gradativa sindicalização dos arquivistas.</p> <p>(D) é responsável pela gestão do protocolo único no âmbito do serviço público federal.</p> <p>(E) foi criado, em 1991, para impedir que os bibliotecários assumissem a organização das instituições arquivísticas no Brasil.</p>	<p>60. Consideram-se federais os arquivos</p> <p>(A) do Ministério Público da União e das Comarcas.</p> <p>(B) do Distrito Federal e dos Estados que fazem fronteira com países da América Latina.</p> <p>(C) da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) das Forças Armadas e dos órgãos da administração estadual indireta.</p> <p>(E) do Ministério das Relações Exteriores e dos municípios que abrigam projetos de exploração de minério.</p>

<p>61. A microfilmagem de substituição incide sobre documentos</p> <p>(A) de valor temporário.</p> <p>(B) desprovidos de cópias.</p> <p>(C) que serão futuramente digitalizados.</p> <p>(D) cuja autenticidade não pode ser comprovada.</p> <p>(E) de caráter instrumental (guias, inventários e catálogos).</p>	<p>65. Os documentos eletrônicos</p> <p>(A) não precisam ser avaliados, pois ocupam espaço mínimo.</p> <p>(B) dispensam o trabalho dos arquivistas, em favor dos dos cientistas da informação.</p> <p>(C) são desprovidos de autenticidade, pois não ostentam sinais de validação.</p> <p>(D) demandam métodos de leitura e conservação diferentes dos que se aplicam a documentos em suporte-papel.</p> <p>(E) admitem apenas a indexação do seu conteúdo, já que a eles não se aplicam os princípios arquivísticos.</p>
<p>62. As sinaléticas servem para</p> <p>(A) medir o grau de acidez do microfilme, controlando sua longevidade.</p> <p>(B) alertar sobre a iminência de deterioração física dos filmes de sais de prata.</p> <p>(C) identificar cada fotograma inserido em jaquetas.</p> <p>(D) indicar a remoção temporária de um rolo de microfilme.</p> <p>(E) fornecer informações básicas sobre o documento microfilmado.</p>	<p>66. Digitalização é o processo pelo qual se reproduzem documentos por</p> <p>(A) microfotografia.</p> <p>(B) processo fotostático.</p> <p>(C) processo eletrostático.</p> <p>(D) cópia figurada.</p> <p>(E) varredura eletrônica.</p>
<p>63. Segundo Rosely Curi Rondinelli (<i>Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 57), o documento arquivístico eletrônico pode ser considerado a partir das regras de representação de seu conteúdo, assumindo o caráter textual, gráfico, imagético, sonoro ou uma combinação dessas diferentes linguagens. Com tal afirmação, a autora</p> <p>(A) questiona o estatuto probatório de todo e qualquer documento arquivístico eletrônico.</p> <p>(B) considera que os elementos constitutivos dos documentos de arquivo, eletrônicos ou não, são similares, pois apresentam a mesma estrutura.</p> <p>(C) defende a idéia de que só pode haver documento autêntico em ambiente tradicional.</p> <p>(D) enfatiza a impossibilidade de se fazer uma abordagem diplomática do documento eletrônico, cujo suporte é completamente dissociado do conteúdo que pretende veicular.</p> <p>(E) exclui os chamados documentos eletrônicos do universo dos documentos arquivísticos, pois as regras de representação que presidem sua forma nada têm a ver com os suportes convencionais.</p>	<p>67. Dentre as técnicas de restauração, a reenfibragem é a que</p> <p>(A) preenche as falhas dos documentos com polpa de papel.</p> <p>(B) emite raios ultravioletas para facilitar a leitura de documentos danificados.</p> <p>(C) reforça os bordos do documento por meio de papel ou material similar.</p> <p>(D) elimina as manchas marrons que aparecem no papel pela ação da umidade e da ferrugem.</p> <p>(E) aplica reforço, por meio de velatura, a qualquer face de uma folha de papel.</p>
<p>64. São exemplos de gênero documental, de acordo com o Arquivo Nacional (ESTEVIÃO, Silvia Ninita de Moura, coord. <i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 99), os documentos audiovisuais, os bibliográficos, os cartográficos, os eletrônicos, os filmográficos, os iconográficos, os micrográficos e os textuais. Percebe-se, assim,</p> <p>(A) uma perfeita sintonia entre o sentido adotado por Rosely Curi Rondinelli, expresso no <i>caput</i> da pergunta anterior, e aquele preconizado pelo Arquivo Nacional.</p> <p>(B) a inclusão dos documentos bibliográficos dentro da categoria dos textuais.</p> <p>(C) uma combinação heterogênea de critérios definidores de gênero, com recurso a linguagem, formato, suporte, invólucro e técnica de registro.</p> <p>(D) a recusa em atribuir autonomia aos documentos micrográficos.</p> <p>(E) a inclusão dos documentos cartográficos dentro da categoria dos iconográficos.</p>	<p>68. Constituem intervenções adequadas, na perspectiva da conservação dos documentos de arquivo,</p> <p>(A) permitir que o dióxido de enxofre e os óxidos de nitrogênio criem uma película de proteção nos papéis.</p> <p>(B) manter as janelas abertas, para que a luz natural do sol ilumine e aqueça o ambiente.</p> <p>(C) exercer política de controle ambiental de temperatura e umidade, evitando oscilações acentuadas.</p> <p>(D) expor os documentos em suporte-papel à radiação ultravioleta, seja natural ou artificial.</p> <p>(E) aumentar os níveis de acidez e oxidação da celulose, a fim de proteger livros e folhas avulsas.</p>
<p>64. São exemplos de gênero documental, de acordo com o Arquivo Nacional (ESTEVIÃO, Silvia Ninita de Moura, coord. <i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 99), os documentos audiovisuais, os bibliográficos, os cartográficos, os eletrônicos, os filmográficos, os iconográficos, os micrográficos e os textuais. Percebe-se, assim,</p> <p>(A) uma perfeita sintonia entre o sentido adotado por Rosely Curi Rondinelli, expresso no <i>caput</i> da pergunta anterior, e aquele preconizado pelo Arquivo Nacional.</p> <p>(B) a inclusão dos documentos bibliográficos dentro da categoria dos textuais.</p> <p>(C) uma combinação heterogênea de critérios definidores de gênero, com recurso a linguagem, formato, suporte, invólucro e técnica de registro.</p> <p>(D) a recusa em atribuir autonomia aos documentos micrográficos.</p> <p>(E) a inclusão dos documentos cartográficos dentro da categoria dos iconográficos.</p>	<p>69. A desacidificação, processo usado nos documentos em suporte-papel, consiste em</p> <p>(A) redução de alcalinidade.</p> <p>(B) controle do grau de umidade.</p> <p>(C) cálculo de danos provocados pelo calor.</p> <p>(D) elevação do pH.</p> <p>(E) combate à ferrugem por meio de encapsulação.</p> <p>70. Para a mudança de suporte com vistas à guarda prolongada de documentos, a literatura arquivística recomenda o uso de</p> <p>(A) disco óptico.</p> <p>(B) filme de sais de prata.</p> <p>(C) fita magnética.</p> <p>(D) videodisco.</p> <p>(E) disco rígido.</p>